

# Foucault e a Educação Especial e Inclusiva: notas introdutórias e reflexões

Yuri Miguel Macedo<sup>1</sup>   Antônio Carlos do Nascimento Osório<sup>2</sup>  

## Resumo

As escolas são instituições de grande relevância para a sociedade, contribuindo com o seu desenvolvimento através de melhorias na qualidade do ensino, preparando jovens para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho. No entanto, muito distante do que seria idealizado pela população, existe uma grande defasagem no sistema de ensino brasileiro, além de uma precariedade física e profissional, o que leva a deterioração da qualidade do ensino no País. Os mais afetados com esse descaso, todavia, são os alunos portadores de necessidades especiais, os quais frequentemente possuem dificuldades de socialização e aprendizado. Considerando que os alunos que não são portadores de tais necessidades já apresentam grandes dificuldades de aprendizado, um grande esforço deve ser despendido com o objetivo de proporcionar condições de inclusão para alunos deficientes, através da Educação Especial e Inclusiva. Nesse sentido, Foucault traz para o campo da discussão a questão das biopolíticas e do biopoder, que, em seu entendimento, são exercidos sobre a população e por ela em paralelo, os quais podem contribuir com melhorias a qualidade de ensino e na inclusão social. Considerando as contribuições do filósofo para uma temática tão importante e atual, o presente trabalho teve por objetivo propor uma reflexão sobre os pensamentos de Foucault e a Educação Especial e Inclusiva no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Foucault, Educação Especial, Educação Inclusiva, Escola.

## Foucault and Special and Inclusive Education: introductory notes and reflections

### Abstract

Schools are very important institutions for society, contributing to its development by improving the quality of education, preparing young people for entry into higher education and the labor market. However, far from what would be idealized by the population, there is a large gap in the Brazilian education system, in addition to a physical and professional precariousness, which leads to a deterioration of the quality of education in the country. The most affected by this neglect, however, are the students with special needs, who often have difficulties in socializing and learning. Considering that students who do not have such needs already have great difficulties in learning, a great effort must be made to provide inclusion conditions for disabled students, through Special and Inclusive Education. In this sense, Foucault brings into the field of discussion the issue of biopolitics and biopower, which, in his understanding, are exercised over the population and by it in parallel, which can contribute to improvements in the quality of education and social inclusion. Considering the philosopher's contributions to such an important and current theme, this paper aimed to propose a reflection on Foucault's thoughts and Special and Inclusive Education in Brazil and in the world.

**Keywords:** Foucault, Special Education, Inclusive Education, School.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) Campo Grande, Brasil. Correo electrónico: yuri.macedo@ufms.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) Campo Grande, Brasil. Correo electrónico: antonio.osorio@ufms.br.

## Foucault y la educación especial e inclusiva: notas introductorias y reflexiones

### Resumen

La escuela es una institución de gran relevancia para la sociedad, que contribuye a su desarrollo mejorando la calidad de la enseñanza, preparando a los jóvenes para el ingreso en la enseñanza superior y en el mercado de trabajo. Sin embargo, lejos de lo que sería idealizado por la población, existe una gran brecha en el sistema educativo brasileño, además de una precariedad física y profesional, lo que lleva al deterioro de la calidad de la educación en el país. Sin embargo, los más afectados por este abandono son los alumnos con necesidades especiales, que suelen tener dificultades de socialización y aprendizaje. Considerando que los alumnos que no tienen esas necesidades ya tienen grandes dificultades en el aprendizaje, se debe hacer un gran esfuerzo para proporcionar condiciones de inclusión a los alumnos discapacitados, a través de la Educación Especial e Inclusiva. En este sentido, Foucault trae al campo de discusión la cuestión de la biopolítica y del biopoder, que, en su entendimiento, son ejercidos sobre la población y por ella paralelamente, lo que puede contribuir para la mejoría de la calidad de la educación y de la inclusión social. Considerando las contribuciones del filósofo a un tema tan importante y actual, este trabajo tuvo como objetivo proponer una reflexión sobre el pensamiento de Foucault y la Educación Especial e Inclusiva en Brasil y en el mundo.

**Palabras clave:** Foucault, Educación Especial, Educación Inclusiva, Escuela.

### **| PALAVRAS INICIAIS**

As escolas são instituições de ensino que desempenham uma função de grande relevância para a comunidade. Muito além de apenas aprender e assimilar o conteúdo transmitido por meio de aulas expositivas que compõem a grade curricular da organização, é nas escolas que os alunos vivenciam as mais diversas experiências, estabelecem vínculos de amizade, constroem parte de sua personalidade e desenvolvem o seu caráter (Borsa, 2007).

Sendo a educação básica um dos pilares para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, os processos pedagógicos devem ser tratados com prioridade pelas lideranças governamentais. Nos dias atuais ainda existe uma grande defasagem no sistema nacional de ensino, a qual prejudica a qualidade da educação brasileira (Costa, 1999).

Nesse sentido, muitas medidas foram propostas para reverter esse quadro e proporcionar melhorias na qualidade do aprendizado em tais instituições. Uma delas é o surgimento do Novo Ensino Médio, proposto pela BNCC em 2022, iniciativa que tem por objetivo realizar mudanças em diversos aspectos dos processos pedagógicos do sistema de ensino brasileiro para auxiliar no aprendizado e experiência dos alunos e demais agentes educadores quando na organização escolar.

Os problemas envolvendo essa temática não são exclusividade do Brasil, uma vez que diversos outros países apresentam aspectos negativos envolvendo as mesmas questões, sobretudo em regiões subdesenvolvidas (Laplane, 2006). A falta de um sistema avaliativo adequado, bem como a dominância do método tradicional de ensino, no qual o professor é o detentor do conhecimento e os alunos meros receptores passivos que assimilam toda a informação que lhes é passada de forma sistematizada, têm se mostrado ineficiente para atender a demanda educacional em todo o mundo.

No entanto, as dificuldades de aprendizado vivenciado pelos alunos nos ambientes escolares do Brasil e do mundo são mais evidentes no público especial. Crianças e adolescentes com necessidades especiais são os mais afetados pelo descaso e defasagem do sistema de ensino. Além de dificuldades de socialização, muitas desses alunos não conseguem estudar e assimilar o conteúdo das disciplinas em aulas teóricas tradicionais. Essas pessoas precisam de um tratamento e um método de ensino diferenciados, que atendam as suas necessidades e lhes proporcionem meios de obter o mesmo aprendizado que os demais alunos que frequentam a instituição.

Especificamente no Brasil, existe a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual sugere diversas maneiras de repensar a forma de atuação das organizações escolares, para que todos os alunos portadores de necessidades especiais tenham as suas necessidades atendidas (MEC, 2008). Dessa forma, de acordo com a legislação vigente, todos os alunos que possuem qualquer deficiência, transtornos mentais e de desenvolvimento ou qualquer outra alteração que os classifique como deficientes, possuem total direito de cursarem a escola comum, sem a necessidade de estudarem em escolas e/ou classes especiais.

A perspectiva da educação especial e inclusiva foi alvo de extensos estudos realizados por Foucault, o qual levantou várias problemáticas sobre o tema. Entre as diversas contribuições do filósofo para a temática, pode-se citar a *“Teoria do Poder”*, muito utilizada por diversos estudiosos da área para refletir e compreender o conceito de educação inclusiva.

Segundo Foucault (2008), até o século XVI, o Estado governava os homens através de um poder soberano, agressivo e que impunha sua vontade aos que estivessem abaixo na classificação hierarquia. No entanto, a partir do século XVII, o Estado desenvolveu uma nova forma de governar os homens, baseada em sua racionalidade, uma forma diferente de pensar sobre o poder. De maneira contrária ao poder soberano que preponderava no século anterior, esse período se caracterizou por um poder preocupado com a preservação da vida e a segurança da população, que poderia ser alcançada através da ampliação do poder do Estado.

Considerando a importância da Educação Inclusiva para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária atualmente, o presente trabalho teve por objetivo, através de um levantamento bibliográfico, propor uma reflexão e questionamento a respeito da temática proposta por meio das contribuições filosóficas de Foucault.

## COMO VEMOS A POLÍTICA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E MUNDO

A luta pela inclusão é um movimento mundial que possui características culturais, sociais, econômicas e educacionais que não podem ser ignoradas. Uma vez que a escola é o centro de ação para as práticas inclusivas, deve-se começar por aí os esforços para garantir o dever dos educadores de proporcionar o direito de todos os alunos especiais de terem as suas necessidades atendidas.

Para que essas práticas se concretizem de maneira efetiva, é necessário a atuação interdisciplinar de todos os setores da sociedade, a começar pelas organizações escolares, de implementar métodos e estratégias que garantam um ensino de qualidade e de maneira equalitária para todos os seus alunos. Segundo Laplane (2006), os desafios são semelhantes em outras regiões do planeta, incluindo a Europa.

Nesse sentido, a criação de classes especiais para alunos portadores de tais necessidades, passa a ser repensada, sobre o argumento de que esta pode ser uma medida contraproducente para atenuar as desigualdades vividas por esses indivíduos. Sob esse ponto de vista, a criação de classes especiais para esses alunos pode aumentar ainda mais a desigualdade, uma vez que é uma medida excludente que retira os portadores de necessidades especiais do convívio dos demais alunos, o que é de grande importância para a inclusão e sociabilidade (Costa, 1999).

Considerando muitos outros aspectos que envolvem a educação inclusiva no contexto da filosofia de Foucault, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Tradicionalmente, a educação especial e/ou inclusiva se organizou como uma forma de aprendizado em substituição ao ensino comum, fortemente caracterizada por novas terminologias, métodos e uma condição exclusivista. Em decorrência desses aspectos, foram criadas instituições especializadas para a condução do ensino de tais alunos, além da criação de classes especiais em escolas que normalmente não lidariam com essas pessoas (Borsa, 2007).

A criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, foi um marco na história da educação inclusiva no Brasil, um dos primeiros passos de uma luta constante que permanece até os dias atuais. Outro aspecto histórico relevante dessa causa foi a fundação do Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES. Em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental.

Apesar dos primeiros passos para uma educação inclusiva terem sido dados no século XIX, o cenário da educação especial começou a mudar efetivamente apenas em 1961, quando o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº.7 4.024/61. Essa Lei aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, sem necessidade de condições especiais e exclusivistas.

No entanto, a questão da educação inclusiva propriamente dita é ainda mais recente, uma vez que apenas em 1973 é que foi criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Essa iniciativa, com uma abordagem fortemente integracionista, realizou diversas ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação (MEC, 2008).

Os esforços públicos e de grande parte da população pela inclusão social e educacional não se detiveram aí, pois na própria Constituição Federal de 1988, está explícito que, nas palavras do próprio documento: “é dever do Estado promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV).

Aliado a esses esforços, em 2004 o Ministério Público Federal divulgou o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Avançando um pouco mais no contexto histórico de tais questões, em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como principais objetivos a reestruturação arquitetônica e física dos prédios escolares, de maneira a proporcionar a acessibilidade através da implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado (Mirando, 2009).

As mobilizações em prol da questão da inclusão nas escolas continua sendo abordada em diversos ambientes acadêmicos, sendo tema de teses e dissertações, além de estar incluída no Novo Ensino Médio proposto pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Apesar dos desafios e dificuldades enfrentados por alunos portadores de necessidades especiais, e mesmo que o cenário atual não seja ainda o ideal, não se pode ignorar os avanços que foram realizados em relação a inclusão social dessas pessoas no ambiente escolar, desde a criação das primeiras instituições no século XIX até os dias de hoje.

## **FOUCAULT E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

A ligação de Foucault com a questão da educação se formalizou através das páginas de “Vigiar e Punir” (Foucault, 1987), obra em que o autor se utiliza de uma narrativa romancada para questionar a justiça e a correção de “criminosos”.

Uma vez estabelecida a ligação do filósofo com a temática abordada no presente trabalho, muitos foram os estudos subsequentes sobre a questão educacional que caracterizou e estabeleceu o autor como um dos mais expoentes pensadores sobre o tema.

Para Foucault, o papel do pesquisador era o de investigar, argumentar e questionar os documentos, a legislação e as políticas públicas. Seguindo essa linha de raciocínio, Veiga-Neto (2007, p. 104) afirma:

O que importa para Foucault é ler o texto no seu volume de externalidade (monumental) e não na sua linearidade e internalidade (documental): trata-se de uma análise [que toma] os discursos na dimensão de sua exterioridade. [...] isso não significa que não temos de conhecer, pelo menos minimamente, a gramática do texto sob análise. [...] é preciso decifrar seus símbolos, entrar na sua lógica, conhecer sua gramática, para aprender os significados que entre nós e eles circulam, no momento em que lemos tais textos.

A partir de uma análise histórica e fundamentalista da idade moderna, Foucault via nas prisões, asilos e escolas, objetos que poderia ser adestrados através do poder, das normas e da punição. Tais instituições poderiam, em suas palavras, ser “adestradas”, e os componentes de tais objetos poderiam então se comportar como cidadãos de bem sem infringir as regras estabelecidas pelo poder. A respeito disso, diz o filósofo:

É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. (Foucault, 1995, p. 42).

Considerando a temática em questão, e que as normas e as leis aplicadas são ferramentas que garantem a ordem e o poder sobre tais instituições, com o objetivo de promover a inclusão social nos ambientes escolares, Foucault reconhece a importância de políticas educacionais nesse contexto (Foucault, 2008).

Apesar de a sociedade reconhecer a importância da inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, pouco progresso teria sido feito se as legislações vigentes não houvessem atuado de maneira incisiva para a conquista de tais avanços. Em um ambiente caracterizado por preconceitos e descaso diante das minorias excluídas, o poder imposto por normas e leis garante a execução de preceitos importantes para que a causa da inclusão social receba a atenção e o investimento necessário (Garcia & Michels, 2011).

É nesse contexto que a filosofia Foucaultiana contribui para a reflexão dessa temática, ampliando a discussão sobre o “adestramento” de tais instituições para proporcionar a

boa convivência entre os componentes das organizações escolares, permitindo que a inclusão social seja consolidada através da manutenção do poder (Foucault, 2008b).

Segundo a filosofia de Foucault, a criança é um objeto de “manipulação e condicionamento”, cujos comportamentos podem ser corrigidos e punidos. Dentre os mecanismos disponíveis nas instituições de ensino para executar tal correção, existem os horários, filas, classes, testes e demais habilidades e estratégias pedagógicas. Essa abordagem permite classificar os alunos entre “problemáticos” e “não-problemáticos”. Sobre isso, diz o autor:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível (Foucault, 1977, p. 164-165).

## ASPECTOS DAS BIOPOLÍTICAS DA EDUCAÇÃO FRENTE A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Para compreender como as biopolíticas influenciam a educação na modalidade de Educação Especial e Inclusiva, primeiramente é necessário entender o seu conceito, sua atuação e seu contexto de surgimento.

O termo “Biopolítica” foi criado por Foucault para designar as formas na qual o poder se modificou do século XIX para o XX. Anteriormente, o poder era exercido para controlar indivíduos e populações, de forma opressora que caracterizava o nível moral da sociedade em tempos mais remotos. No entanto, com o advento da tecnologia e o desenvolvimento do pensamento filosófico, a noção de poder se modificou drasticamente (Foucault, 2007).

Essa abordagem tem como alvo o conjunto de indivíduos, ou seja, a população. Para o filósofo, as biopolíticas constituem a prática dos biopoderes locais. Nessa abordagem, a população atua como alvo e ao mesmo tempo como mecanismo de expressão desse biopoder (Caciano & Silva, 2012).

Segundo essa temática, diz o filósofo:

“Os instrumentos que o governo se dará para obter esses fins [atendimento as necessidades e desejos da população] que são, de algum modo, imanentes ao campo da população, serão essencialmente a população sobre o qual ele age” (Foucault, 1978, p. 33)

Seguindo a filosofia Foucaultiana, em uma era onde o poder deve ser justificado e racionalizado, o biopoder seria um conjunto de tecnologias que permite o controle e a

correção de populações inteiras. Muito além de algo totalitário, tais tecnologias devem ser utilizadas com o objetivo de promover o bom convívio entre os cidadãos e de proteger a sociedade, inclusive contra outras tecnologias. Sendo assim, o biopoder deve se ocupar com a proteção da vida dos indivíduos e da sociedade na qual ele está sendo aplicado (Foucault, 2006).

Entre as diversas áreas de atuação que devem constar no escopo da abordagem das biopolíticas e do biopoder, pode-se citar: gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, dos costumes, e a Educação Especial, na medida em que essas se tornaram preocupações políticas.

O surgimento e a manutenção do biopoder só podem se dar através de uma governança, que nesse contexto se constitui de várias instituições e práticas que tem como alvo principal a própria população, que, ao mesmo tempo em que se torna um alvo do poder, também é um instrumento que o rege e o aplica. Sendo assim, pode-se dizer que, da mesma maneira que as governanças exercem poder sobre os indivíduos, esse mesmo também emana da população. Essa abordagem requer uma reflexão mais aprofundada, sobretudo atualmente em que a sociedade vive momentos de grande polarização política (Foucault, 2005).

É nesse contexto que a filosofia de Foucault adquire mais relevância, uma vez que a aplicação do poder é importante para garantir uma sociedade mais igualitária e inclusiva, e esse ponto de vista do biopoder contrasta com o tradicional modelo de execução de poder que prepondera na sociedade, caracterizado pela opressão. De forma contrária, o biopoder de que fala Foucault, se refere a uma “grande medicina social”, cuja principal função é controlar a vida e cuidar da população. Isso se estende para a Educação Especial e Inclusiva, uma vez que as biopolíticas promovem a aplicação desse biopoder pela população, incluindo os educadores e gestores das organizações escolares, garantindo que as premissas para a inclusão de alunos com necessidades especiais sejam atendidas, seja na rede pública ou privada de ensino (Foucault, 2006).

## **COMO A GOVERNABILIDADE GARANTE O DIREITO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

As governanças regem o poder legislativo e executivo, criando leis e as aplicando, de forma a proporcionar melhorias na qualidade de vida da população. De maneira geral, é a Constituição e 1988 que orienta essas atividades.

As governanças do país, compostas por instituições políticas, em parceria frequente com o setor privado, elaboram estratégias e adotam medidas que irão garantir que as premissas estabelecidas pela legislação sejam seguidas e consolidadas.

No contexto escolar, a governabilidade apresenta grande relevância, uma vez que a sua atuação efetiva pode fornecer melhorias na administração financeira e no corpo docente, garantindo boas condições de ensino e de aprendizado para os alunos. Escolas com boa administração educativa e financeira têm boas condições de oferecer um ensino de qualidade e personalizado para alunos portadores de necessidades especiais. Por fim, as organizações escolares também devem exercer seu poder sobre as governanças, exigindo uma governabilidade mais eficiente e que garanta as condições necessárias para promover a Educação Especial e Inclusiva, quando as premissas para isso não forem atendidas de imediato (Mirando, 2009).

Uma vez que as governanças exercem poder sobre a sociedade, e essa sobre as governanças, o poder público tem papel essencial de fornecer as condições necessárias e promover a inclusão social de alunos deficientes no ambiente escolar.

Nesse sentido, a filosofia de Foucault pode fornecer grandes contribuições para a temática, e suas reflexões devem ser anexadas na discussão que ocorre entre instituições de ensino e governanças, para que se possa chegar a um consenso e que essa comunicação seja eficiente para que os objetivos da Educação Especial e Inclusiva sejam atingidos (Foucault, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos abordados no presente artigo, pode-se ressaltar as contribuições da filosofia de Foucault para a reflexão sobre o papel das políticas educacionais na implantação e manutenção da inclusão social nas escolas, um processo contínuo e gradativo, sem solução prevista.

A luta pela inclusão é contínua e a manutenção das características punitivas e corretivas que a escola adquire na filosofia de Foucault só se sustentam através do poder e da aplicação das políticas educacionais, sem as quais os progressos nessa área seriam mínimos ou quase nulos.

Nesse contexto, a filosofia de Foucault, sobretudo sobre os aspectos educacionais da sociedade moderna, adquire ainda mais relevância no âmbito social, aprofundando reflexões sobre a temática. Dessa forma, sua filosofia e seu pensamento se tornam essenciais para garantir a continuidade e as melhorias nos processos inclusivos nas organizações escolares, uma vez que para modificar o objeto é preciso que ele se torne o centro da discussão.

## REFERÊNCIAS

Borsa, J. C. 2007. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Psicologia - O Portal dos Psicólogos.

Caciano, C. & Silva, G. A; 2012. **Foucault e educação: as práticas de poder e a escola atual**. Revista E-PED, 2: 98-108.

Costa, J. A. 1999. **O papel da escola na sociedade atual: implicações no ensino das ciências**. Instituto Politécnico de Viseu - Dissertação de Mestrado.

Foucault, M. 2006. **A Hermenêutica do Sujeito**. Curso dado no Collège de France, 1981-1982. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. 2009. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, M. 1995. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. 2005. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. 2006. **Ética, Sexualidade, Política**. 2.ed. (Coleção Ditos e Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. 1977. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Foucault, M. 2007. **Microfísica do Poder**. 24.ed. São Paulo: Edições Graal.

Foucault, M. 2008. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. 2008b. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

Garcia, R. M. C. & Michels, M. H. 2011. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): Uma análise da produção do GT15 – Educação Especial da ANPEd**. Revista Brasileira de Educação Especial, 17: 105-124.

Laplane, A. 2006. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. Educação & Sociedade, 27: 689-715.

Miranda, A. A. B. 2009. **Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico**. Cadernos De História Da Educação, 7.

#### COMO CITAR – APA

MACEDO, Y. M., OSÓRIO, A. C. N. (2024). Foucault e a Educação Especial e Inclusiva: notas introdutórias e reflexões. *PARADIGMA*, XLV(1), e2024002. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024002.id1330>.

#### COMO CITAR – ABNT

MACEDO, Yuri Miguel; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Foucault e a Educação Especial e Inclusiva: notas introdutórias e reflexões. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, n. 1, e2024002, Ene./Jun., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024002.id1330>.

#### **HISTÓRICO**

Submetido: 17 de Febrero de 2023.  
Aprovado: 04 de Diciembre de 2023.  
Publicado: 30 de Enero de 2024.

#### **EDITORES**

Fredy E. González    
Luis Andrés Castillo  

#### **ARBITROS**

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres